

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.479.124 - ES  
(2019/0102751-1)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**AGRAVADO : ERICK DE JESUS MENESES**  
**AGRAVADO : RODRIGO DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADO : ANDRÉ LUIS BORGHI DOS SANTOS - ES022725**

**EMENTA**

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO NÃO CONFIGURADA. PLEITO CONDENATÓRIO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ. AGRADO IMPROVIDO.

1. Tendo o Tribunal de origem concluído que *não existem provas de que os réus haviam se associado, de forma estável, por meio de organização informal com divisão de tarefas e atividades (art. 35 da Lei 11.343/06), para a prática da mercancia de entorpecentes*, a pretendida condenação atrai o óbice da Súmula 7/STJ, dada a necessidade de reexame fático-probatório.

2. Agravo regimental improvido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento).

**MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
Presidente

**MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
Relator